

## **ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS DO SETOR MINERAL DO ESTADO DO PARÁ**

### ***THE ANALYSIS OF THE ORGANIZATIONAL SUSTAINABILITY REGARDING THE MINERAL COMPANIES WITHIN THE STATE OF PARÁ***

**Leila Márcia Sousa de Lima Elias\***

**Narciso Feitosa de Oliveira\*\***

---

#### **Resumo**

Diversos setores da sociedade como fornecedores, clientes, bancos, seguradoras, governos, investidores, comunidades locais e grupos ambientalistas monitoram o segmento empresarial para que este se torne mais alinhado com as questões socioambientais. Tais ocorrências afetam a sustentabilidade organizacional e garantem às empresas sua permanência no mercado. Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar a sustentabilidade organizacional das empresas do setor de transformação mineral do estado do Pará por meio da avaliação das divulgações das informações contábeis de natureza socioambiental publicadas. Como método de pesquisa foi aplicado o estudo de caso múltiplo, selecionando do universo das dez empresas do setor industrial de transformação mineral do estado do Pará, as empresas que possuem a certificação de qualidade ISO 14001. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório com levantamento junto às páginas na *internet* dessas empresas entre os períodos de 2004 a 2010. Foram também analisados os relatórios institucionais que demonstram as ações desempenhadas pela empresa no setor ambiental e suas demonstrações contábeis. Verificou-se que as informações de natureza ambiental são evidenciadas em demonstrativos contábeis facultativos ou em relatórios institucionais distintos de forma qualitativa e dispersa. Portanto, conclui-se que a ausência de divulgação de informações contábeis de natureza ambiental de forma segregada e quantitativa nas demonstrações contábeis obrigatórias impossibilita a avaliação da sustentabilidade organizacional de cada uma das empresas.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade Organizacional. Responsabilidade Socioambiental. Contabilidade Ambiental.

#### **Abstract**

*Several sectors of society (such as suppliers, customers, banks, insurance companies, the Government, investors, local communities and environmental groups), monitor the business segment, in order to guarantee its alignment with social and environmental issues. Such occurrences affect organizational sustainability and ensure their businesses stay in the market. Thus, the aim of this article is to analyze the organizational sustainability of companies in the mineral processing in the state of Pará, and it does this by evaluating the disclosure of accounting information regarding environmental issues. Multiple*

---

Manuscript first received/Recebido em: 20/03/2013 / Manuscript accepted/Aprovado em: 19/05/2013

\* Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela UNITAU/SP e Professora do curso de Ciências Contábeis do Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará - CESUPA. leilamarciaelias@hotmail.com

\*\* Graduado em Letras com ênfase em Português e Inglês pela UNAMA - Universidade da Amazônia e graduando em Ciências Contábeis pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará - CESUPA. oliveiranarciso@hotmail.com

*case studies were applied as a research method. From a universe of ten mineral processing companies, only the ones which operations were certified by ISO 14001 were selected. This is a bibliographical and documentary survey, along with the companies' web pages that range from the periods of 2004 to 2010. Institutional reports that demonstrate the actions taken by the company in the environmental sector and its financial statements were also analyzed. It has been found that the environmental information was observed either in facultative financial statements, or, in distinct institutional reports (qualitatively and scattered). Therefore, it is concluded that the lack of segregated environmental accounting information in the financial statements prevents evaluation of each company's organizational sustainability.*

**Keywords:** *Organizational Sustainability. Environmental Responsibility. Environmental Accounting.*

## 1 INTRODUÇÃO

Até a década de 1980, a missão de algumas empresas era estritamente econômica, ou seja, elas deveriam produzir e distribuir a maior quantidade de bens ou serviços ao menor custo possível. As organizações preocupavam-se única e exclusivamente com a eficiência dos sistemas produtivos (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Todavia, diversos setores da sociedade como fornecedores, clientes, bancos, seguradoras, governos, comunidade local e grupos ambientalistas – os *stakeholders*, por exemplo, elevaram as pressões sobre o segmento empresarial, para que esses tornassem mais alinhados com as questões socioambientais.

Associado a esses fatos, o mercado econômico também exige mais um item das organizações: o comportamento social, levando em consideração outro aspecto, aquele que se refere à divulgação de informações relativas ao desempenho socioambiental (TACHIZAWA, 2004).

Os investidores estão cada vez mais cientes de que a negligência das empresas em relação às questões ambientais pode colocar em risco o retorno dos investimentos. Essa conscientização tem se refletido no mercado de bolsas de valores, que passou a atrair um grupo de investidores diferenciados: aqueles que buscam ações de empresas socialmente responsáveis (BRAGA, 2007).

Atualmente, a opinião pública integra a política e a economia das empresas. O cliente é quem define as regras, padrões e qualidade, dado que suas opções são amplas e variadas, tanto no que se refere à qualidade, como ao que se refere, quando, por quanto e de quem comprar (RIBEIRO, 2006).

Nesse contexto, este artigo se propõe a responder a seguinte pergunta: De que forma estão sendo evidenciados os eventos econômicos de natureza ambientais originados pelas organizações do setor de transformação mineral do estado do Pará.

Com isso, pretende-se analisar a sustentabilidade organizacional das empresas do setor de transformação mineral do estado do Pará por meio da análise de suas informações contábeis de natureza socioambiental contidas em seus relatórios institucionais e demonstrações financeiras e contábeis no período de 2004 a 2010, caracterizando-se assim um estudo de natureza bibliográfico e documental com caráter exploratório. Ressalta-se que do universo pesquisado foram selecionadas as empresas certificadas com as normas de qualidade ISO 14001.

## 2 A SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL E A CONTINUIDADE DAS ORGANIZAÇÕES

As organizações não consomem apenas recursos financeiros em suas atividades, mas também recursos ambientais renováveis e não-renováveis, como, por exemplo: água, energia, matérias-primas, recursos sociais, como o tempo e o intelecto de pessoas da comunidade, bem como recursos infraestruturais.

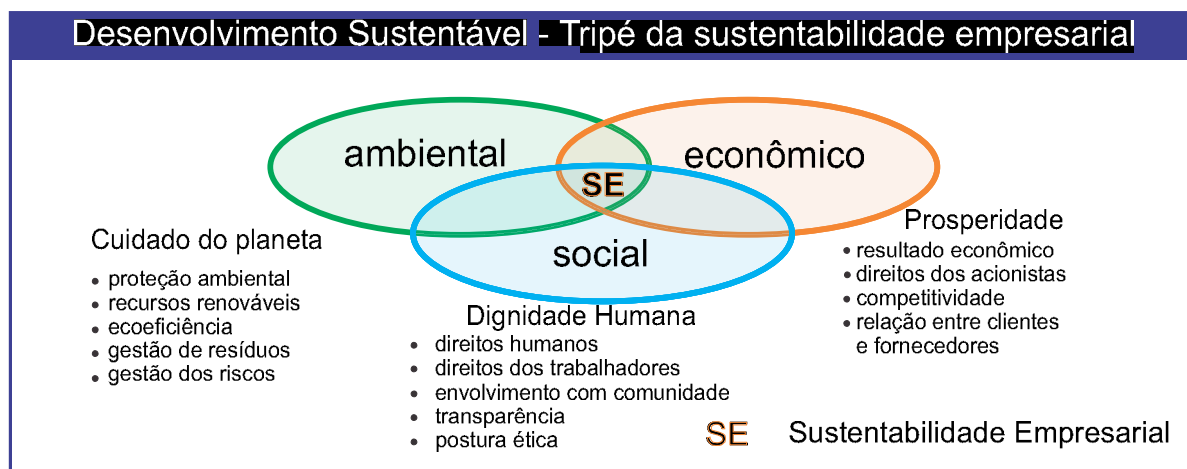
Logo, percebe-se uma intersecção entre os interesses dos negócios e os da sociedade quanto à preservação do meio ambiente. Por conseguinte, como forma de solucionar esse conflito, torna-se necessário promover mudança de valores e orientar os sistemas produtivos das organizações e da sociedade, visando à minimização de danos e impactos ambientais negativos, normalmente causados pela produção e pelo consumo excessivo (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Savitz (2007, p.2) afirma que no mundo dos negócios a palavra sustentabilidade denota uma ideia poderosa e objetiva: “uma empresa sustentável é aquela que gera lucros para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com que mantém interações”. Portanto, a sustentabilidade é tema mais amplo do que simplesmente uma questão de boa cidadania empresarial (ALMEIDA, 2002).

Segundo a Associação Brasileira do Alumínio - ABAL, a indústria de mineração, como qualquer outra atividade econômica no mundo todo, percebeu há alguns anos, que poluir e degradar o meio ambiente significa perder investimentos e enfrentar dificuldades em vender seus produtos nos mercados interno e externo. Ainda citando a Associação Brasileira do Alumínio (2006), as companhias brasileiras do setor de alumínio se desenvolvem com base nas três vertentes da sustentabilidade: a social, econômica e ambiental.

Considerando as dimensões da sustentabilidade organizacional, chega-se ao modelo teórico estabelecido por Ignacy Sachs (SEIFFERT, 2007), que alerta para a obrigatoriedade de atender aos três eixos ou tripés básicos para que as empresas possam garantir sua continuidade, conforme mostra a Figura 1.

**Figura 1 - Tripé da sustentabilidade empresarial**



Fonte: Adaptado de [Seiffert \(2007\)](#)

Elkington (2001, p. 99) sugere que “uma empresa sustentável é aquela que, ao final do período contábil, foi capaz de manter a biosfera na mesma situação em que se encontrava no início”. Dessa forma, acredita-se que a sustentabilidade organizacional é garantida.

Para Young e Lustosa (2001), os impactos ambientais de uma determinada atividade econômica podem chegar à exclusão da organização do mercado, caso as normas ambientais não sejam atendidas, culminando em escândalos corporativos que comprometem os níveis de confiança de seus investidores, acionistas e consumidores.

O fato pode provocar a redução no volume de vendas e acarretar prejuízos financeiros. Nesse contexto, Paiva (2003) aponta os principais fatores responsáveis para tal exclusão: redução do número de clientes para concorrentes que ofertem produtos e processos ambientalmente saudáveis; perda de investidores potenciais que estejam preocupados com a questão ecológica global e com a garantia de retorno de seus investimentos; restrições creditícias no mercado financeiro; penalidades governamentais de natureza decisiva, como imposição de encerramento das atividades; multa de valores substanciais e de grande impacto no fluxo de caixa das companhias.

Nesse contexto, tornam-se necessários o controle e o acompanhamento desses investimentos, considerando seus impactos no patrimônio da organização. Portanto, não deve ser evidenciado apenas o lucro obtido pela empresa, mas também os investimentos aplicados na área ambiental. O relacionamento entre empresa e a sociedade, segundo Paiva (2003), pode ser capitalizado em resultados positivos para a organização quando se transformam em: motivos para campanhas publicitárias que conduzam à alavancagem em vendas; motivos para amortecer ou minimizar impactos de opinião decorrentes de danos causados ao meio ambiente de forma involuntária; promotores da credibilidade da empresa junto às instituições financeiras, facilitando assim linhas de crédito.

Diante disso, constatam-se que a evidenciação das intenções e atitudes ambientais das empresas são consideradas fatores de responsabilidade social, contribuindo para a continuidade organizacional, ou seja, para a sua sustentabilidade, garantindo dessa forma os aspectos sociais e econômicos.

### 3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Ciência Contábil possui como objetivo principal o fornecimento de informações úteis e relevantes para a tomada de decisão, tendo como objeto de estudo o patrimônio das organizações e sua relação com o homem (IUDICIBUS, 2006).

Ferreira (2003) cita que a partir da década de 1990 os gestores passaram a requerer da Contabilidade novas informações financeiras, principalmente em decorrência do agravamento dos problemas de ordem ambiental.

As novas estratégias de gerenciamento também são consideradas impulsionadoras da utilização da Contabilidade Ambiental, como a adoção do sistema de gestão ambiental, definido como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma empresa de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente (NOSSA, 2002).

Com a adoção dos sistemas de gestão ambiental, as empresas necessitam mensurar, registrar e evidenciar os investimentos, obrigações e resultados alcançados, o que proporcionaria a transparência que os diversos usuários das informações contábeis necessitam, estreitando a relação entre o sistema de gestão ambiental e a contabilidade ambiental (DUTRA, 2002).

Assim, conforme Ribeiro (2006), identificar e avaliar os eventos econômico-financeiros relacionados a essa área, capazes de afetar o estado patrimonial e o resultado das entidades, é dever da Contabilidade.

A Contabilidade Ambiental pode auxiliar na classificação e no registro dos investimentos, nos custos, nas despesas operacionais e nos passivos ambientais. Sua aplicação no contexto organizacional também é justificada uma vez que as informações contábeis de natureza ambiental são úteis e relevantes para o processo de tomada de decisão.

Ribeiro (2006) menciona que a Contabilidade Ambiental pode auxiliar na gestão estratégica das seguintes formas: constatando se a empresa cumpre ou não a legislação ambiental vigente, ajudando a direção em seu processo decisório e na fixação de uma gestão ambiental; comprovando a evolução da atuação ambiental da empresa por meio do tempo e identificando as tendências; detectando as áreas da empresa que necessitam de especial atenção (áreas críticas) quanto aos aspectos ambientais; observando, no caso de empresa com uma política ambiental já estabelecida, se está cumprindo os objetivos ambientais fixados pela companhia; identificando oportunidades para melhor gestão dos aspectos ambientais; identificando oportunidades estratégicas, como a empresa pode obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental ou quais as melhorias que agregam valor à companhia; e obtendo informações específicas para fazer frente às solicitações dos acionistas.

Portanto, a Contabilidade Ambiental é concebida para atuar em dois momentos: tanto na divulgação dos investimentos realizados pela organização, como na demonstração da redução dos custos advindos do processo produtivo (RIBEIRO, 2006).

#### 3.1 A Informação Contábil de Natureza Ambiental e sua Evidenciação

Quando divulga as informações, a Contabilidade procura atender ao seu objetivo principal. De acordo com Braga (2007), para que as informações contábeis consigam fornecer apoio aos gestores quanto à tomada de decisão e à avaliação dos efeitos ambientais, deverão estar estruturadas nas demonstrações contábeis, nas notas explicativas e nos quadros suplementares, de acordo com a extensão e a natureza das informações a serem repassadas.

No entanto, as organizações divulgam as informações ambientais conjuntamente com as financeiras, sem distinção, não concedendo à qualidade da informação e compreensibilidade, uma vez que o usuário não teria como identificar as características referentes às questões ambientais, nem como avaliar o desempenho ambiental da organização.

Na década atual, as informações de natureza ambiental são divulgadas em demonstrativos contábeis facultativos, tais como o Balanço Social e Relatórios de Sustentabilidade. Apesar da importância dessas informações, ainda persiste a carência de consistência na ordem estrutural dos elementos contábeis ambientais não contemplados nessas demonstrações (BRAGA, 2007).

Pelo viés das Ciências Contábeis, denomina-se evidenciação, a demonstração de informações úteis e relevantes, pois de acordo com Kosztrzepa (2004), a evidenciação pode ser feita diretamente nas demonstrações contábeis tradicionais da empresa, abrangendo os Balanços e as Demonstrações de Resultados, ou nas demais formas de evidenciação, tais como o Relatório de Administração, as Notas Explicativas ou os Relatórios Ambientais e Institucionais.

Entretanto, Ribeiro (2006) ressalta que as demonstrações contábeis brasileiras quando muito possuem menções no Relatório de Administração em relação aos investimentos efetuados na área ambiental, com dados qualitativos, subjetivos e convenientes à empresa.

O Conselho Federal de Contabilidade (2006), por meio da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15, que trata do registro contábil dos eventos econômicos de natureza ambiental, determina precisamente no item 15.2.4.1, as informações mencionadas abaixo, referentes à interação com o meio ambiente que devem ser evidenciadas:

- Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente;
- passivos e contingências ambientais.

Segundo Paiva (2003), uma das formas sugeridas para a evidenciação das informações ambientais é o padrão de relatórios contábeis já utilizados pelas empresas, com as informações apresentadas no corpo das demonstrações contábeis tradicionais, pois, a partir de então, as demonstrações contábeis ambientais, evidenciado a informação contábil de natureza ambiental de forma segregada.

A sociedade, por sua vez, poderia acompanhar os gastos realizados para proteger o meio ambiente durante o processo produtivo, e, ainda, na estocagem de materiais e produtos daqueles itens intitulados não poluidores (FERREIRA, 1995).

A segregação da informação contábil de natureza ambiental torna possível a aplicação, de maneira efetiva, de indicadores de desempenho ambiental. Tais indicadores permitem o acompanhamento, da verdadeira situação da empresa quanto à sustentabilidade organizacional e a avaliação, especificamente, das aplicações e dos gastos realizados nesse setor ambiental.

#### 4 MÉTODO

Trata-se de um estudo bibliográfico, devido ao levantamento em livros e revistas sobre o tema, e documental, por buscar nos relatórios institucionais e contábeis os dados para a análise, tendo um caráter exploratório, de acordo com Lakatos e Marconi (1993).

Na presente pesquisa, optou-se pelo modelo de investigação que emprega a metodologia de estudo de caso. Lakatos e Marconi (1993) afirmam que nas Ciências Sociais essa técnica permite realizar generalizações que, de acordo com sua profundidade, poderão ser analisadas como representativas de muitos outros, ou, até mesmo, de todos os casos análogos.

Yin (2005) afirma que o estudo de caso pode apresentar uma única estrutura ou múltiplos casos, e que cada um, em particular, consiste um estudo completo, no qual se procuram evidências convergentes com respeito aos fatos e às conclusões.

Desse modo, atendendo a esses princípios, adotou-se o estudo de caso múltiplo, devido ao número de organizações compatíveis com os objetivos delineados para análise desta pesquisa.

Foram identificadas todas as organizações do Setor Industrial de Transformação Mineral localizadas no Estado do Pará até o ano de 2010. Até esse período, contava-se com um universo formado por 10 (dez) empresas, segundo dados extraídos do registro empresarial fornecido pela Secretaria Estadual da Indústria e do Comércio (SEICOM) e do Anuário Mineral Brasileiro 2010, publicados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2010), conforme demonstrado a seguir.

Com base nesse levantamento foram selecionadas as empresas do setor de transformação mineral certificadas pela norma ISO 14001 a partir do ano 2000. Atenderam a essa condição as indústrias Albras e Alunorte, localizadas no município de Barcarena/PA.

Os objetos de análise foram os relatórios e as demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais dos anos de 2004 a 2010. Nota-se que esse intervalo de tempo permite avaliar a evolução da evidenciação das informações socioambientais.

Para avaliação do nível de sustentabilidade das empresas, em relação às questões ambientais, foi elaborado um modelo de categorias analíticas que permite atender aos objetivos específicos deste estudo, apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Categorias de Análise da Sustentabilidade Organizacional**

<b>Categorias</b>	<b>Variáveis analisadas</b>	<b>Instrumentos de Análise</b>
1. Contábil	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investimentos em equipamentos e tecnologia de proteção e preservação ambiental;</li><li>• Despesas ambientais, como os gastos realizados na área ambiental: taxas, multas, licenças de operações e estudos de impactos ambientais, entre outras obrigações presentes;</li><li>• Obrigações ambientais futuras, como os passivos contingenciais, discussões judiciais, provisões ambientais e indenizações.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Balanço Patrimonial;</li><li>• Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);</li><li>• Demonstração de Origem e Aplicação de Recurso (DOAR);</li><li>• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);</li><li>• Notas Explicativas;</li><li>• Relatório de Administração;</li><li>• Balanço Social;</li><li>• Demonstração do Fluxo de Caixa;</li><li>• Demonstração do Valor Adicionado (DVA);</li><li>• Relatórios Institucionais.</li></ul>
2. Socioambiental	<ul style="list-style-type: none"><li>• Eventos Econômicos de Natureza Ambiental registrados de forma quantitativa e/ou qualitativa.</li></ul>	

**Fonte:** Produzido pelos autores.

Desse modo, no processo de análise das informações coletadas buscou-se verificar:

- **Item 1:** a utilização da metodologia empregada pelas empresas para demonstrar os eventos econômicos relativos ao meio ambiente;
- **Item 2:** a evidenciação ou não de investimentos, obrigações, contingências passivas, reservas de contingências e contas de resultados relacionados ao meio ambiente, expressos monetariamente;
- **Item 3:** a divulgação de informações referentes aos eventos econômicos ambientais que a empresa divulga nos relatórios econômicos e financeiros.

## 5 A SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL NAS EMPRESAS DO SETOR INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO ESTADO DO PARÁ

A implantação da indústria de alumínio no Pará viabilizou a construção da hidrelétrica de Tucuruí Eletronorte, que disponibiliza a energia elétrica necessária: outro insumo básico para a obtenção do metal (DNPM, 2010).

No setor de alumínio, no Pará, a Mineração Rio do Norte é coligada das indústrias de alumina e alumínio, a Alumínio do Brasil S/A- Albras e a Alumínio do Norte S/A- Alunorte, subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, e a Alumínio do Maranhão - Alumar, entre outras consumidoras de matéria-prima (DNPM, 2010).

A Companhia Vale do Rio Doce, que a partir de 2008 passou a denominar-se Vale, e suas coligadas, Albras, Alunorte, Mineração Rio do Norte e Pará Pigmentos são as principais produtoras, beneficiadoras e exportadoras de minério de ferro, bauxita, cobre, alumina, alumínio e caulim, devido ao volume de processamento realizado ao dia (IBRAM, 2007).

### 5.1 A Albras

A empresa Alumínio Brasileiro S/A (Albras) foi constituída por meio de um acordo entre os governos do Brasil e do Japão, na década de 1980. Foi instalada em 1985 no município de Barcarena, distante 40 km de Belém. (ALBRAS, 2011).

Atualmente, a produção anual da Albrás é de 355 mil toneladas de alumínio primário, exportadas para o Japão, Estados Unidos e Europa. Possui uma equipe de trabalho constituída por 1.357 empregados, incluindo *trainees* e estagiários, sendo 86% da região Norte e 76% paraenses, segundo informações obtidas na própria empresa.

Certificada com o ISO 14001 para seu sistema de gestão ambiental desde 2000, a Albrás é portadora de outras diversas certificações internacionais, como ISO 9001, OHSAS 18001 e AS 8000, para seus sistemas de Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental, Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional e Responsabilidade Social.

#### 5.1.1 Evidenciação da Informação Contábil de Natureza Ambiental da Albras

Por ser uma Sociedade Anônima, a Albras atende à obrigatoriedade da Lei das S/A para a divulgação dos resultados, a cada final do exercício social. Portanto, publica anualmente todos os demonstrativos obrigatórios, dos quais foram extraídas as informações referentes ao Lucro Líquido, conforme Tabela 1.

A Albras também divulga as formas de evidenciação adicionais ou voluntárias, tais como a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social. Com base nessas publicações, foi possível obter algumas informações quanto aos eventos econômicos de natureza ambiental promovidos pela empresa que não foram evidenciados nos relatórios obrigatórios de forma segregada.

O resultado apresentado a seguir, desperta a atenção quanto ao decréscimo a partir do ano de 2008, chegando a evidenciar um resultado negativo em 2010. No entanto, percebe-se que mesmo assim a empresa continuou aplicando em investimento ambiental, saindo de 1% do resultado e chegando a 8% em 2007.

**Tabela 1 – Lucro Líquido Albras**

ALBRAS	PERÍODO						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Lucro líquido do exercício	R\$ 439.212	R\$ 247.299	R\$ 381.352	R\$ 609.520	R\$ 164.103	R\$ 139.502	R\$ (37.889)

**Fonte:** Albras (2011)

Desde 2004 os investimentos ambientais são divulgados no Relatório de Administração. É uma forma de evidenciação obrigatória, tanto qualitativa quanto quantitativamente, conforme ressalta o texto

extraído do Relatório de Administração 2004: “No ano de 2004, foram realizados gastos totalizando 5,7 milhões visando aprimorar ainda mais a qualidade do controle ambiental na Albras”.

Em 2005, os Passivos Contingenciais Ambientais começaram a ser evidenciados pela empresa, de forma segregada e qualitativa, em Notas Explicativas. As informações são retroativas ao exercício de 2005, o qual informava, também, o valor correspondente ao respectivo evento econômico, conforme Tabela 2.

**Tabela 2 – Evidenciação Ambiental da Albras – Notas Explicativas**

ALBRAS	NOTAS EXPLICATIVAS – R\$ Milhões							TOTAL
PERÍODOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Passivos	NÃO	R\$ 22.804	R\$ 24.902	R\$ 19.402	R\$ 15.623	R\$ 14.072	R\$ 14.845	R\$ 111.648

Fonte: Albras (2011)

Os Investimentos Ambientais também foram divulgados no Balanço Social durante os sete exercícios sociais pesquisados, e especificado o valor investido em cada exercício, conforme demonstrado na Tabela 3.

**Tabela 3 – Evidenciação Ambiental da Albras – Balanço Social**

ALBRAS	BALANÇO SOCIAL							TOTAL
PERÍODOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	R\$ 5.747	6.180	16.585	50.560	43.949	12.585	1.682	137.788
Passivos	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NA

Fonte: Albras (2011)

Mesmo de forma irregular, constata-se o investimento na área ambiental nos últimos sete anos. Verifica-se o acréscimo nos valores aplicados em investimentos ambientais de 1,07% e 2,68% entre 2004 a 2006, o que comprova todas as aquisições de equipamentos e tecnologia para o processo produtivo do empreendimento. A partir de 2009 há decréscimo nos investimentos ambientais.

Apesar dessa informação não ter sido evidenciada no Balanço Patrimonial, diminuindo a possibilidade de a sociedade acompanhar o desempenho econômico ambiental da empresa, o fato de ter sido evidenciada no Balanço Social permite acompanhar o investimento realizado na área ambiental com o lucro obtido pela empresa nesse período, que percentualmente corresponde a 1,31%; 2,50% e 4,35%, respectivamente, nos três primeiros exercícios pesquisados.

Percebe-se também, que o valor aplicado em investimentos ambientais supera o valor com os passivos contingenciais, cujos valores reduzem a cada ano, demonstrando a melhoria dos processos da empresa em busca de mitigar danos e evitar desastres ambientais.

Assim, as atividades, os programas e projetos implementados pela Albras na área ambiental são divulgados e distribuídos aos *stakeholders* de diversas outras formas, tais como: boletins, relatórios e manuais, e divulgação na mídia.

### 5.1.2 Evidenciações Contábeis Ambientais da Albras: análise e discussão

A Albras utiliza duas formas de evidenciação obrigatórias para divulgar os eventos econômicos de natureza ambiental de forma quantitativa: as Notas Explicativas e o Relatório de Administração, informando não somente a realização de investimentos ambientais, mas também a existência de obrigações futuras: os Passivos Contingenciais.

As obrigações ambientais presentes não foram evidenciadas, impossibilitando a identificação, pelos *stakeholders*, dos gastos realizados na área ambiental nos períodos analisados, resultando no seguinte:



- comprometimento da credibilidade e transparência, para os *stakeholders*, quanto a atuação e ao desempenho da empresa na área ambiental, demonstrados nas formas de evidenciação obrigatória;
- possibilidade de realização somente da análise parcial dos impactos ambientais gerados pela empresa, considerando a apresentação dos investimentos ambientais e as obrigações futuras, não relacionando as informações das obrigações presentes, o que compromete os resultados da análise;
- Evidenciação de suas informações de natureza ambiental de forma segregada, permitindo a aplicação de indicadores de desempenho ambiental.

Os dados da Albras, presentes no Balanço Social, permitem acompanhar um fluxo entre o Lucro Líquido de cada período e os investimentos realizados na área ambiental. Percebe-se que o fato da empresa promover a evidenciação de informações referentes aos eventos econômicos de natureza ambiental realizados por ela, de forma quantitativa, proporciona um nível de análise mais próximo da avaliação de sustentabilidade organizacional esperada. Isso possibilita acompanhar se os investimentos e as despesas na área ambiental não prejudicariam o lucro obtido pela empresa.

Outra questão importante é a possibilidade de aplicação de indicadores de desempenho devido à divulgação da informação de natureza ambiental ser apresentada pela Albras de forma quantitativa e segregada.

Assim, para melhorar a divulgação, torna-se necessário que a informação de natureza ambiental seja evidenciada no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício. Isso garantiria aos interessados a interpretação correta do desempenho ambiental da organização.

## 5.2 A Alunorte

A Alumina do Norte do Brasil S/A – Alunorte - está localizada em Barcarena, município situado a 40 quilômetros, em linha reta, de Belém, capital do Pará. Até dezembro de 2007 empregava 1.150 pessoas e foi idealizada para integrar a cadeia produtiva do alumínio no Estado, processando a bauxita, matéria-prima do alumínio (ALUNORTE, 2011).

Em 1978 foi firmado um acordo entre os governos do Brasil e do Japão que contou com a participação da então estatal Companhia Vale do Rio Doce, dando origem à criação da empresa Alunorte. Suas operações, entretanto, iniciaram-se somente em julho de 1995, após um período de paralisação das obras em função de uma crise no mercado financeiro, o que retardou a implantação do projeto. Em 2004 a empresa recebeu a certificação ISO 14001.

Atualmente, a companhia apresenta uma capacidade instalada de produção de 4,4 milhões de toneladas de alumina por ano. Considerada a maior refinaria de alumina do mundo, exporta mais de 60% da sua produção para os mercados europeu, americano e asiático. O restante é transportado por caminhões para abastecer a Albras, produtora de alumínio, vizinha à Alunorte, em Barcarena.

As certificações internacionais da Alunorte comprovam que a empresa está alinhada com as mais modernas práticas de gestão empresarial no ramo industrial, chanceladas pelos principais organismos de credenciamento, como RAB (Estados Unidos), RVA (Holanda), INMETRO (Brasil), UKAS (Reino Unido), TGA (Alemanha) e BVQI (Brasil), ratificando a adequação das práticas e sistemas adotados pela empresa aos mais rigorosos padrões internacionais.

### 5.2.1 Evidenciação da Informação Contábil de Natureza Ambiental da Alunorte

A Alunorte é uma empresa constituída como sociedade anônima de capital fechado, por isso é obrigada a adotar todas as formas de evidenciação obrigatórias, conforme a Lei 6.404/76, para alcançar a evidenciação da sua verdadeira situação econômica e financeira, por exercício.

Com base nessas formas de evidenciação, obtêm-se todas as informações relacionadas ao desempenho econômico da empresa, por um determinado período. Dentre essas, têm-se as informações referentes ao Lucro Líquido obtido no período analisado, conforme demonstrado na Tabela 4.

**Tabela 4 – Lucro Líquido Alunorte**

ALUNORTE	PERÍODOS – R\$ Milhões						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Lucro líquido do exercício	R\$ 416,979	R\$ 231,153	R\$ 620,264	R\$ 488,932	R\$ 241,176	R\$ 232,603	R\$ 166,804

Fonte: Alunorte 2011

Verifica-se um decréscimo de aproximadamente cinquenta por cento do lucro líquido de 2004 para 2005. No entanto, em 2006 houve uma recuperação, representando aproximadamente trezentos por cento do exercício anterior.

A Alunorte utiliza outras formas de evidenciação adicionais ou voluntárias, tais como a Demonstração de Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e o Balanço Social, para complementar a divulgação do seu desempenho em relação aos aspectos sociais e ambientais, assim como na relação com a comunidade.

Nos anos de 2003 e 2005, a Alunorte divulgou as informações de natureza ambiental também por meio de um relatório institucional específico denominado “Relatório Social e Ambiental”, disponibilizando-o em sua página na *Internet* (ALUNORTE, 2011).

As informações presentes nesse relatório foram evidenciadas de forma subjetiva, ou seja, a empresa relatou todas as atividades, programas e os projetos desenvolvidos nas áreas social e ambiental, mas não informou o valor aplicado em cada programa ou projeto.

Dentre as formas de evidenciação utilizadas pela Alunorte para demonstrar seu desempenho econômico de natureza ambiental foi utilizado o Relatório de Administração. É uma forma de evidenciação obrigatória, de acordo com a Lei 6.404/76. Entretanto, as informações relatadas são de cunho qualitativo. É apresentada apenas uma descrição das atividades, investimentos e projetos desenvolvidos na área ambiental, na maioria das vezes sem atribuição de valor.

A partir de 2005, a empresa começou a divulgar os Passivos Contingenciais em Notas Explicativas, uma das formas de evidenciação obrigatória, de forma qualitativa, conforme relato extraído da própria forma de evidenciação Notas Explicativas 2005, item 3.2, disponíveis na página da *Internet*: Alunorte (2011).

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, tributários e ambientais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

Quanto às informações quantitativas referentes aos valores econômicos de natureza ambiental, foi utilizada a forma de evidenciação voluntária Balanço Social, em especial para reportar somente os investimentos ambientais, conforme descritos na Tabela 5.

**Tabela 5 – Evidenciações Ambientais da Alunorte – Balanço Social**

	BALANÇO SOCIAL – R\$ Milhões							TOTAL
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
	R\$ 8.883	R\$ 4.315	R\$ 6.870	R\$ 5.424	R\$ 14.526	R\$ 17.585	R\$ 20.258	R\$ 77.861
Passivos	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Alunorte (2011)

Constata-se que em 2004 o volume de recursos aplicados em investimentos ambientais foi maior do que nos dois anos seguintes. No entanto, comparando com o lucro obtido no período, esse valor corresponde apenas a 2,13% do lucro líquido do exercício.

É importante ressaltar que no ano de 2005 houve um decréscimo do valor aplicado, que acompanhou a redução ocorrida no resultado econômico da empresa. Contudo, no ano seguinte, verificou-se um aumento do valor em relação ao ano anterior, o que representa 1% do lucro de 2006.

No entanto, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, mesmo apresentado um decréscimo contínuo no resultado da empresa, houve um investimento significativo neste item, correspondendo a 6%, 8% e 33,8% do lucro líquido, respectivamente.

Ressalta-se que em nenhum dos relatórios da Alunorte foi encontrada informação quantitativa, acerca da evidência dos passivos contingenciais decorrentes de suas operações.

Outros meios são utilizados pela empresa para divulgar seus investimentos na área ambiental, tais como matérias de publicidade em revistas, folhetos de divulgação local e em eventos regionais, cartilhas utilizadas nos programas ou projetos desenvolvidos pela Alunorte. Porém essas informações são evidenciadas apenas de forma qualitativa, não detalhando valores.

### 5.2.2 Evidenciações Ambientais da Alunorte: Análise e Discussão

Na análise das informações coletadas, verificou-se que a empresa Alunorte não utilizou as formas de evidência obrigatórias para divulgar as informações contábeis de natureza ambiental, registradas de forma quantitativa. Somente foram utilizadas as demonstrações que divulgam de forma qualitativa, como o Relatório de Administração.

Para os *stakeholders*, torna-se difícil o acompanhamento do desempenho ambiental da empresa, pois a Alunorte comprova a obtenção de lucro líquido em todos os períodos pesquisados. No entanto, devido a ausência da informação segregada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e no Balanço Patrimonial, não é possível avaliar e mensurar o percentual de investimento na área ambiental, ou até mesmo o comprometimento futuro do capital da empresa.

Para que se possa realizar a análise, torna-se necessário buscar as formas de evidência voluntárias, como o Balanço Social; só então é possível obter a informação contábil de natureza ambiental para a realização da análise.

A ausência da evidência das informações de natureza ambiental de forma segregada gera para a empresa os seguintes comprometimentos de imagem:

- falta de credibilidade e transparência nas informações divulgadas, não permitindo a comunidade avaliar, nas demonstrações contábeis, os investimentos destinados à área ambiental;
- dificuldade em realizar análises efetivas das ações e projetos direcionados a minimizar os impactos ambientais gerados pela atividade, uma vez que somente os investimentos são informados, ocultando a existência das obrigações presentes e futuras; e
- inviabilidade de aplicação de indicadores que permitam visualizar concretamente o crescimento das ações, evidenciadas de modo incompleto e não estando disponível de forma segregada.

Os dados da Alunorte, obtidos no Balanço Social, permitem acompanhar o fluxo entre o Lucro Líquido que a empresa obteve em cada período e o investimento realizado na área ambiental, conforme mostrado percentualmente. No entanto, não são suficientes para permitir a análise do nível de sustentabilidade organizacional, pois a forma como a informação de natureza ambiental é evidenciada, não possibilita a obtenção dos valores destinados às despesas ambientais, às obrigações ambientais, ou, ainda, às obrigações futuras, pois os valores referentes aos eventos econômicos de natureza ambiental não são registrados de forma quantitativa e sim qualitativa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as organizações se inserem em um mundo sem fronteiras. Os negócios estão globalizados e as ações empreendidas pelos gestores afetam a todos. Nesse contexto, a variável ambiental está mais presente no mundo dos negócios. As organizações reconhecem que não basta fabricar bens e fornecer serviços com menor custo ao consumidor e com maior qualidade. É preciso contribuir para a evolução sadia da sociedade e a preservação do meio ambiente.

As entidades procuram realizar investimentos e obrigações que permitam atender às exigências dos grupos de interesses, e, ao mesmo tempo, garantam a sua permanência no mercado, ou melhor, sua

continuidade. A empresa focada no compromisso com o meio ambiente está, na realidade, compromissada com o seu futuro e com a sua sobrevivência.

As empresas localizadas no Estado do Pará são também obrigadas por lei a manter e cumprir requisitos necessários para garantir o desenvolvimento da região de forma sustentável. Tais determinações valem tanto para o meio ambiente quanto para a própria empresa. O tema passou a ser uma responsabilidade socioambiental corporativa para tais empreendimentos, que precisam manter sua continuidade, preservando o meio ambiente.

Conclui-se que a ausência de divulgação das informações contábeis de natureza ambiental de forma segregada e quantitativa, por parte das empresas pesquisadas, nas demonstrações contábeis obrigatórias, impossibilita a avaliação da sustentabilidade organizacional de cada uma das empresas. As informações contábeis de natureza ambiental são apresentadas de forma qualitativa e dispersas em relatórios institucionais e não obrigatórios.

---

## REFERÊNCIAS

---

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ALUMINA NORTE BRASIL. **Responsabilidade social**. Disponível em: <[www.alunorte.net](http://www.alunorte.net)>. Acesso em: jul. 2011.
- ALUMÍNIO BRASILEIRO. **Informações institucionais**. Disponível em: <[www.albras.net](http://www.albras.net)>. Acesso em: jul. 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO. **Relatório Anual do Alumínio**. São Paulo: ABAL, 2006.
- BRAGA, C. **Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 0032 de 1999**. Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.balancosocial.org.br/media/PL\\_032\\_99.doc](http://www.balancosocial.org.br/media/PL_032_99.doc)>. Acesso em: 20 mar. 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Balanço Social do CFC 2005**. Brasília-DF: CFC, 2006.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Disponível em <<http://www.dnpm.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2010.
- DUTRA, R. G. **Evidenciação do passivo ambiental como instrumento de tomada de decisão: um estudo de caso aplicado a uma empresa de mineração**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração e Finanças) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Contabilidade de custos para a gestão do meio ambiente**. São Paulo: FIPECAFI, 1995. (Cadernos de Estudos).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Estatísticas** Disponível em: <<http://www.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2011

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KOSZTRZEPA, R. O. **Evidenciação dos eventos relacionados ao meio ambiente**: um estudo em indústrias químicas. São Leopoldo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

NOSSA, V. **Disclousure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. São Paulo: FEA; USP, 2002.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAVITZ, A. W. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SECRETARIA ESTADUAL DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO. Disponível em<<http://seicom.pa.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2010.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOUNG, C. E. F.; LUSTOSA, M. C. J. Meio ambiente e competitividade na indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, v. 5, p. 231-259, 2001. Edição Especial. Disponível em: <[www.ie.ufrj.br/gema/index.html](http://www.ie.ufrj.br/gema/index.html)>. Acesso em: 17 mar. 2007.